



Sessão temática: Trabalho, questão social e Serviço Social.

Mesa coordenada Dependência, padrão de reprodução do capital e questão social no Brasil e na América Latina

CAPITALISMO DEPENDENTE: ELEMENTOS CONTEMPORÂNEOS

JONATHAN JAUMONT¹

Resumo: O artigo trata de indicar as transformações que a nova configuração do capitalismo contemporâneo impôs ao capitalismo na América Latina e, em especial, no Brasil. Tenta, portanto, ser o produto da rearticulação entre *capitalismo contemporâneo* e *capitalismo dependente*. Primeiro como mediação para o que se constitui no sentido de uma *Dependência Contemporânea*, retomando a caracterização desta nova fase da dependência e seus impactos sobre os pilares fundamentais da dependência. E, num segundo trecho, chega-se ao padrão atual de reprodução do capital na América Latina como uma consequência fundamental destas transformações.

Palavras-chave: Capitalismo Contemporâneo; Capitalismo Dependente; Dependência Contemporânea; Padrão de Reprodução do Capital; América Latina.

Resumen: El artículo trata de indicar las transformaciones que la nueva configuración del capitalismo contemporáneo impuso al capitalismo en América Latina y, en especial, en Brasil. Intenta, por lo tanto, ser el producto de la rearticulación entre *capitalismo contemporáneo* y *capitalismo dependiente*. Primero como mediación para lo que se constituye en el sentido de una *Dependencia Contemporánea*, retomando la caracterización de esta nueva fase de la dependencia y sus impactos sobre los pilares fundamentales de la dependencia. Y, en un segundo tramo, se llega al patrón actual de reproducción del capital en América Latina como una consecuencia fundamental de estas transformaciones.

Palabras-claves: Capitalismo Contemporáneo; Capitalismo Dependente; Dependencia Contemporánea; Patrón de Reproducción del Capital; América Latina.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo tratamos de indicar as transformações que a nova configuração do capitalismo contemporâneo impôs ao capitalismo na América Latina e, em especial, no Brasil. Esta parte do entendimento geral de que as formas particulares de reprodução capitalistas na região estão, necessariamente, vinculadas à acumulação mundial e são expressões, mediadas pela realidade local, das exigências do sistema capitalista mundial. Assenta-se, assim, no pressuposto que o desenvolvimento histórico e geográfico do capitalismo criou um sistema mundial cuja unidade sustenta-se

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

na acumulação de capital, mas que, na garantia de seu movimento, conforma formas particulares de reprodução do capital, em cada momento e região (OSÓRIO, 2013)².

O artigo tenta, em dois itens, ser o produto da rearticulação entre *capitalismo contemporâneo e capitalismo dependente*. Primeiro como mediação para o que se constitui no sentido de uma *Dependência Contemporânea*, retomando a caracterização desta nova fase da dependência e seus impactos sobre os pilares fundamentais da dependência. E, num segundo trecho, chega-se ao padrão atual de reprodução do capital na América Latina como uma consequência fundamental destas transformações.

2. DEPENDÊNCIA CONTEMPORÂNEA: ELEMENTOS PARA SUA CARACTERIZAÇÃO

Os movimentos que estruturaram as bases de uma possível *nova fase da dependência* (AMARAL, 2012) têm origem nas consequências do desenvolvimentismo, do período anterior, e vão perpassar, centralmente, as décadas de 1980 e 1990. Aquela divisão internacional do trabalho que, a partir dos anos 1950, deu lugar à industrialização de certos países dependentes latino-americanos; ao subimperialismo, no Brasil; e às ditaduras civis-militares do Cone Sul, encontra, já na segunda metade dos anos 1960, sérios problemas de realização da produção local. Com efeito, o acirramento da concorrência internacional acaba por precipitar a reafirmação de políticas protecionistas e a reduzir as oportunidades de mercados capazes de absorver a produção das economias latino-americanas. Este, aliás, não é um fenômeno, somente, latino-

2 A vinculação latino-americana ao sistema mundial remonta, a partir do século XV, ao colonialismo (BAGÚ, 1992) como polo complementar da *acumulação originária* europeia (MARX, 2013). Nos tempos atuais, no entanto, a subordinação das nações latino-americanas – formalmente, independentes – decorre da forma como estas nações inserem-se na divisão internacional do trabalho (MARINI, 2005). A dependência determina as formações socioeconômicas do continente e lhe empresta características particulares. Para os limites deste trabalho basta sublinhar duas destas características. As crônicas transferências de valor que a subordinação impele para as economias imperialistas centrais do sistema capitalista mundial e a superexploração como mecanismo básico de extração de mais-valor em um ambiente reprodutivo que, por um lado, exacerba a busca pelo valor transferido às nações centrais e, por outro, tendo o mercado mundial como eixo de realização de seu ciclo de reprodução capitalista, não depende do consumo do trabalhador e pode rebaixar os níveis de consumo do trabalho a níveis inimagináveis em economias em que o produtor é, também, consumidor.

americano, já que as economias centrais, também, neste período, estão imersas no mesmo dilema.

Diante das recessões e da baixa da taxa de lucro, as economias centrais passam por uma profunda reestruturação, na década de 1970. A centralização brutal, do período de crise, reúne as condições para a revolução tecnológica que está por trás da mesma. Com efeito, as possibilidades abertas pela introdução daqueles avanços tecnológicos acabam por conformar uma nova divisão internacional do trabalho. A tecnologia incorporada à produção impulsiona uma série de profundas modificações na organização produtiva que viabilizam o processo de *deslocalização* dos parques industriais centrais e seu desmembramento e sua racionalização mundial, a partir das vantagens que as condições de produção locais oferecem em cada país.

Este processo cria um aumento vertiginoso da incidência do conhecimento no processo de produção e, diante da monopolização deste conhecimento pelas economias centrais, gera a possibilidade de impulsionar a extração de *mais-valor extraordinário* do restante das economias. São, exatamente, estes conhecimentos e seus setores produtivos que são *estratégicos* do ponto de vista da acumulação mundial. Estratégicos por serem capazes de extrair aquela modalidade de mais-valor e, por isso, são, *estrategicamente*, monopolizados e preservados em seus territórios. Com isso, a dinâmica científico-tecnológica impacta decisivamente a divisão internacional do trabalho³.

Os países centrais, ao deter, também, o controle sobre a *deslocalização*, de uma parte, mantêm, em seus territórios, os processos e setores industriais estratégicos e, de outra, fragmentam e dispersam entre diferentes nações o processo produtivo deslocalizado, relegando às economias dependentes etapas que não são integradas no seio de sua economia, mas fazem parte de cadeias produtivas mundializadas mais amplas (GEREFFI, 2001).

3 Infelizmente, não pudemos desenvolver, neste artigo, este aspecto fundamental do problema da dependência contemporânea. Para aprofundar o tema, deixamos, a título indicativo, a bibliografia sugerida por Diógenes Moura Breda (2015, p. 21-55) para encarar o tema da dependência científico-tecnológica a partir da articulação criativa entre *mais-valor extraordinário* (CARCANHOLO, 2000; ECHEVERRÍA, 1986; MARINI, 1979), *setores estratégicos* (CECEÑA e BARREDA, 1995), *divisão internacional do trabalho e padrão de reprodução do capital* (OSORIO, 2014).

A concentração científico-tecnológica configura, portanto, atualmente, um decisivo monopólio dos países centrais – gerando imensas transferências de valor para as economias centrais sob a forma de pagamento de *Royalties* – que, pela dimensão dos investimentos necessários em ciência, tecnologia e educação, se distanciou, imensamente, do alcance dos países dependentes. Isto trouxe consequências centrais para a América Latina.

Um aspecto decisivo para este artigo é que a nova divisão internacional do trabalho incide, é claro, sobre a produção. Com efeito, o aumento da produtividade do trabalho no centro agiganta as necessidades destas economias em insumos produtivos e encontra aquele padrão industrial de reprodução latino-americano em crise. Este movimento leva as economias periféricas a se reorganizar para assumir aquelas exigências em matéria-prima colocadas pelas economias centrais. É este processo que induz à *desindustrialização* e à *reprimarização* das economias latino-americanas, a partir dos anos 1980. Ao assumir as tarefas colocadas pela nova divisão internacional do trabalho, as economias dependentes regressam, neste sentido, ao patamar de fornecedoras de matéria-prima em troca de produtos manufaturados estrangeiros⁴.

Para além destas tarefas, que ganharão mais destaque no item a seguir, a América Latina passa a se constituir como uma importante plataforma de valorização de capital fictício⁵. Isto remonta à *reciclagem* dos petrodólares, a partir de meados da década de 1970 (Gouvêa, 2012) e da criação e da eternização da dívida pública latino-americana como instrumento fundamental, tanto de valorização do capital fictício estrangeiro, como, conseqüentemente, de transferência de valor para as economias centrais. No Brasil, a partir da década de 1990, este primeiro impulso dá lugar à estruturação consciente de um novo espaço internacional de valorização financeiro.

4 “De esta manera la economía globalizada, que estamos viendo emerger en este fin de siglo y que corresponde a una nueva fase del desarrollo del capitalismo mundial, pone sobre la mesa el tema de una nueva división internacional del trabajo que, mutatis mutandis, tiende a reestablecer, en un plano superior, formas de dependencia que creíamos desaparecidas con el siglo XIX”. (MARINI, 2000, p. 5).

5 “Ocorre que, hoje, os processos estruturais que são característicos da condição dependente se reforçam com “o brilho e a cor” trazidos pela subordinação financeira, que amordaça os braços da política econômica e que – pior – subsume todas as demais esferas da política aos seus ditames”. (AMARAL, 2012, p. 131).

Combinou-se, com isso, *desindustrialização/reprimerização* com *financeirização*. De fato, estes processos estiveram, na América Latina, intimamente, ligados. A abertura comercial acabou com o protecionismo que visara o desenvolvimento da indústria nacional em nome da estabilidade monetária necessária à atração do capital financeiro estrangeiro, enquanto desregulamentava-se e abria-se o mercado financeiro nacional para os capitais estrangeiros. Os regimes de estabilização inflacionários através da política cambial, próprios deste receituário, implicaram, também, uma ampliação decisiva da dependência em relação ao dólar e sua presença na economia nacional passou a ser, aliás, necessária para dita estabilização. Daí surgem as medidas para a atração permanente de dólares para a economia brasileira, por exemplo. Sobrevalorização da moeda, juros altos, austeridade fiscal, vendas de patrimônio estatal, incentivo às exportações e endividamento estatal são todas causas e consequências deste processo que levou, fundamentalmente, ao aumento vertiginoso da atividade e da rentabilidade financeira, à desindustrialização e à reprimerização da pauta de exportações. O Estado, neste contexto, reorienta sua atuação a partir da nova perspectiva vigente e de suas necessidades de reprodução. O mito de um *Estado mínimo*, neste período, ao menos, desconsidera a ampla tarefa estatal cumprida para constituir o suporte jurídico-institucional e a sustentação macroeconômica para esta nova dinâmica de acumulação e reprodução do capital.

A volatilidade e instabilidade dos capitais envolvidos, no entanto, levaram as economias dependentes a estocarem reservas em dólar. Com efeito, essa tendência, a partir dos anos 2000, levou a economia brasileira de devedora internacional à acumuladora de reservas dolarizadas. Esta medida tenta estabilizar a taxa de câmbio e garantir a *liquidez* desejada pelos mercados financeiros e encaminha as reservas brasileiras em dólares à compra de ativos financeiros internacionais mais seguros. É assim que as reservas internacionais brasileiras são, hoje, em sua maioria, títulos do tesouro estadunidense. Esta situação implica, obviamente, em maior dependência brasileira em relação à política econômica estadunidense, mas, também, acaba gerando um crônico endividamento público interno para a estabilização inflacionária necessária diante dos fluxos de capitais envolvidos.

O resultado do entusiasmo brasileiro por reservas internacionais é, ao fim e ao cabo, a agudização da transferência de valor existente entre os países dependentes e centrais. Com efeito, as permanentes políticas para a atração de capital financeiro implicam sua permanente e onerosa remuneração. Isto incide, obviamente, no agravamento da sucção de valor pelas economias centrais e provocou uma mudança na modalidade predominante da mesma. Se, anteriormente, este processo se expressava nos sistemáticos déficits na *Balança Comercial* e se caracterizava por termos de troca desiguais no mercado mundial, atualmente, o mesmo aparece no desempenho negativo da *Balança de Rendas* e está, portanto, ligado às despesas decorrentes de investimentos externos diretos, de investimentos em carteira e de empréstimos convencionais. O conjunto dessas despesas, segundo dados de Marisa Amaral (2012), aumentaram 452%, entre 1981 e 2010, enquanto o PIB brasileiro cresceu 113%, no mesmo período. Há, ainda, outro processo marcante que diz respeito ao abandono dos empréstimos como modalidade financeira prioritária de extração de excedente – modalidade esta predominante ao longo da década de 1980. O mecanismo que se consolida, na década de 1990 até os dias atuais, são os investimentos financeiros diretos em carteira. Para se ter uma dimensão do movimento, segundo Marisa Amaral (2012), entre 1993 e 2010, as despesas decorrentes de investimentos em carteira cresceram 1980%, enquanto as despesas decorrentes de empréstimos convencionais caem 31,2%, no mesmo período. Estamos, portanto, diante de uma verdadeira *financeirização* das transferências de valor para as economias centrais que passa a sobrepôr, sem anular, é claro, outras modalidades de transferência existentes que convivem nas economias dependentes.

A *financeirização*, por outro lado, acentua um traço constitutivo da superexploração. Com efeito, se tomarmos a definição de Marini (2005), um dos elementos que caracterizam a superexploração é, precisamente, a conversão do fundo necessário de consumo do trabalhador em um fundo de acumulação do capital ou, em outros termos, “a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”. (MARINI, 2005, p. 156). Ora, o endividamento familiar atual e, com isso, o destino de parte, cada vez mais importante, dos salários para a remuneração financeira do

capital, através do pagamento de juros, por exemplo, pode ser encarado, como o faz Lapavitsas (2011), como *expropriação financeira dos rendimentos do trabalho* e, portanto, como mecanismo de superexploração da força do trabalho⁶.

Por fim, ao falar de dependência é preciso analisar o subimperialismo e, ao que nos parece, a fase atual do capitalismo imprimiu, também, novos traços ao fenômeno. A particularidade que o subimperialismo confere à economia brasileira é que, desde meados da década de 1960, esta não só transfere valor para as economias centrais, mas consegue sugar excedentes de outras nações mais débeis e, portanto, reter, em sua economia, parte do mesmo. Esta estratégia não se descola do imperialismo vigente, nem, em geral, implica melhores patamares de dignidade para as classes trabalhadoras brasileiras. Na realidade, este mecanismo intermediário de cooperação antagônica e subordinada do subimperialismo brasileiro com o imperialismo dominante permite a valorização do capital internacional através de empresas brasileiras, apoiado na superexploração, no impulso estatal e em favor da grande burguesia agroindustrial brasileira.

Até aqui, não há avanços em relação à caracterização clássica do subimperialismo. O que nos interessa, no momento, é sublinhar, justamente elementos subimperialistas novos na contemporaneidade. Com efeito, defendemos que o que se assiste, na década de 1990 e 2000, com a abertura comercial, na América Latina, e a internacionalização do capital, a nível mundial, é uma retomada e uma reconfiguração do subimperialismo brasileiro (LUCE, 2008).

A recolocação das grandes empresas brasileiras, no mercado internacional, neste processo de mundialização do capital, corresponde, na realidade, a uma estratégia de sobrevivência particular diante da concorrência desigual gerada pelo fim do protecionismo à indústria nacional. Esta estratégia se fundamentou, precisamente, na internacionalização destas empresas e, com isso, no surgimento de *multinacionais brasileiras* capazes de incidir num

6 No fundo, se trata da *financeirização* dos rendimentos do trabalho, neste sentido em que parcelas crescentes dos salários se inserem em atividades financeiras e destinam-se à transações deste mesmo âmbito (AMARAL, 2013, p. 91-92). Esta foi, de fato, uma das bases do processo de *financeirização*, em âmbito global. Sua consequência, portanto, nos parece incidir, justamente, sobre um redobramento mundial da exploração do trabalho através do mecanismo acima explicitado.

território tão extenso quanto a América Latina e o Caribe, alcançando mesmo, em período mais recente, o continente africano (LUCE, 2008, p. 2). Este movimento, no entanto, se dá, também, pela *financeirização* destas empresas que têm no capital financeiro internacional e nacional um de seus sustentáculos centrais. Basta mencionar a abertura do capital de grandes empresas nacionais nas bolsas de valores e o apoio estatal decisivo através de seus bancos de fomento (BNDES, por exemplo) com linhas de créditos e financiamentos privilegiados para se ter dimensão da importância da *financeirização* para o subimperialismo brasileiro.

A estratégia expansionista (de sobrevivência) envolveu, portanto, um amplo leque de mecanismos de internacionalização, inclusive, financeiros. A compra de ações de empresas latino-americanas conduzidas com capital de origem nacional, os processos de fusão e a aquisição de firmas dos países do continente ou, mesmo, os investimentos diretos estrangeiros (IED) brasileiros na América Latina, no Caribe e na África foram possibilitados pela *financeirização* destas empresas e são moeda corrente no cenário econômico brasileiro atual (AMARAL, 2013, p. 92). Os números apresentados por Mathias Luce (2008) são elucidativos, neste sentido. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), por exemplo, que passou a medir o IED dos *países emergentes*, desvela que este conjunto já representava 10% do montante global, em 2000. Neste bojo, três multinacionais brasileiras estão entre as cinquenta maiores nesta categoria de países: a Petrobras, a Vale e a Gerdau.

Ao que parece, a nova divisão internacional do trabalho deu lugar a uma nova divisão regional do mesmo que conta com o expansionismo brasileiro como elemento-chave. Com efeito, é notória a incorporação sucessiva, por parte das multinacionais brasileiras, de importantes ativos das economias vizinhas. Esta posição privilegia novas vantagens competitivas para a realização dos capitais subimperialistas brasileiros e subordina as nações vizinhas à hegemonia deste novo subimperialismo, ligada àquela divisão regional do trabalho (LUCE, 2008, p. 2). São emblemáticos desta movimentação as aquisições brasileiras, por exemplo, de terras e frigoríficos uruguaios. Somente a brasileira Marfrig, com as aquisições de 2006 e 2007, se

alçou ao patamar de maior exportadora de carne do Uruguay – setor, absolutamente, central na economia do país, que ocupa o lugar de primeira fonte de divisas através das exportações.

O caso argentino não é menos impressionante, se levarmos em conta que, historicamente, o país vizinho disputava o lugar atual do Brasil. A dilapidação do patrimônio nacional argentino para sustentar o receituário neoliberal definiu esta disputa com a transferência de ativos estratégicos da burguesia argentina para as multinacionais brasileiras. A Petrobras, por exemplo, incorporou empresas do porte da PECOM e da YPF, enquanto a FRIBOI, com financiamento do BNDES, adquiria o maior frigorífico argentino, a Swift Armour. Este é o motivo principal dos atuais protestos argentinos em relação ao Mercosul. O Brasil, de fato, deixa pouco espaço para a integração fora das coordenadas subimperialistas. A própria desnacionalização das economias latino-americanas, desde 1990, teve, neste sentido, um protagonista importante das multinacionais brasileiras, remetendo ativos e soberania dos países do continente em benefício da grande burguesia brasileira. Poderíamos, por isso, prolongar esta lista, imensamente, no entanto, as atividades multinacionais brasileiras, estudadas por Mathias Luce (2008), no Paraguai, na Bolívia, no Peru e no Equador só fazem confirmar a tese de um *novo subimperialismo brasileiro*, cujo aspecto financeiro e multinacional é decisivo.

3. O PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA AMÉRICA LATINA

A América Latina, diante das transformações contemporâneas, também teve que se readequar. Este processo, ao gerar uma nova divisão internacional do trabalho, contribuiu, decisivamente, para o colapso do anterior padrão industrial na América Latina, vigente entre as décadas de 1940 e 1970 do século passado⁷. O *novo padrão exportador de especialização produtiva*

7 Este processo é, justamente, o responsável pela chamada desindustrialização das economias que detinham certo parque industrial na América Latina. Isto não significa, no entanto, que o setor industrial desapareça no continente, quer dizer, apenas, que a

(OSORIO, 2012, p.33) é, portanto, a forma particular em que se inscreve a readequação das economias latino-americanas no bojo da reestruturação do sistema mundial capitalista. O novo padrão se reorganiza, fundamentalmente, para assumir as exigências centrais em matéria-prima colocadas pelo aumento da produtividade e da produção mundial deslocalizada; em transferência de valor, sob a lógica financeira contemporânea; e para o imbricamento produtivo nas cadeias de produção mundiais.

Este processo contempla, após os ajustes neoliberais⁸, a priorização, por parte das empresas estrangeiras, de estratégias de valorização baseadas, centralmente, em lógicas financeiras. Este movimento, ao aprofundar transações de natureza patrimonial e de valorização fictícia, transforma as estratégias de produção e as modalidades de implantação das multinacionais no país, implicando o seu desengajamento produtivo e impactando, decisivamente, sobre a *desindustrialização* vigente (MOREIRA e SEBAG, 2014, p. 92). Com efeito, dois fatores são cruciais para a transformação brasileira em plataforma de valorização financeira na década de 1990. O primeiro diz respeito àquela consolidação da abertura financeira e comercial e das rígidas políticas monetária e fiscal, que vimos anteriormente, enquanto o outro ponto, se refere àquelas reformas estruturais do sistema financeiro, necessárias à construção das condições para os lucros exorbitantes desta fração do capital desde então.

É no bojo deste processo que a sustentação de juros elevados e de câmbio apreciado incide, decisiva e negativamente, sobre a inserção competitiva internacional da produção industrial brasileira e impele à *reprimarização* da pauta exportadora nacional. Chega-se, assim, atualmente, a um aumento significativo da participação dos produtos básicos nas exportações totais que passou de 28,9% em 2003 para 47% em 2012 (MOREIRA e SEBAG, 2014). Isto implica, combinado aos atrativos juros altos, em abundância de moeda estrangeira no país, portanto, em alta da moeda nacional e, novamente,

indústria não é mais o eixo organizador das sociedades nacionais e dos padrões de reprodução do capital. Neste caso, o setor industrial subordina-se, portanto, a outros eixos dinâmicos vigentes.

⁸ Estes ajuste têm início em momentos distintos na América Latina e podem remontar à 1973 se tomarmos o caso chileno a partir do golpe de Pinochet ou aparecer com mais força, somente, na década de 1990, como foi no Brasil.

em desfavorecimento da indústria brasileira e *reprimarização*. De fato, a participação do setor manufatureiro nas exportações regride de 54,3% para 37,2% no mesmo período.

A consolidação do novo padrão conforma, justamente, uma nova centralidade dos traços exportadores das economias latino-americanas, cujas mercadorias centrais são, fundamentalmente, primárias. Esta é uma característica estrutural e, portanto, recorrente dos padrões de reprodução no continente. O interregno do padrão industrial vigente, nas décadas de 1950 a 1970, na realidade, não reverteu tal tendência e a configuração atual reaproxima, com suas devidas e importantes diferenciações, as economias latino-americanas daqueles padrões exportadores agro-mineiros, presentes no continente desde meados do século XIX até o início do século XX. Com efeito, os dados apresentados por Osorio (2012) demonstram um salto impressionante do valor total das exportações latino-americanas, entre 1980 e 2008, quando foram, aproximadamente, de 76 milhões para 985 milhões de dólares. Esta tendência supera, aliás, o crescimento anual das exportações de bens e serviços, entre 1994 e 2006, no mundo (7,1%) e nos países centrais (5,9%) – a América Latina viu suas exportações crescer 7,4% no mesmo período, ficando atrás, apenas, de China e Índia. Fica claro, com isso, que os principais mercados da nova forma de reprodução do capital se encontram, fundamentalmente, no exterior.

Outra característica central deste padrão é o destacado papel que o grande capital estrangeiro e nacional joga nestas economias⁹, enquanto o caráter especializador da estrutura produtiva deste padrão – indicado pela denominação *especialização produtiva* – repousa sobre a priorização de eixos específicos cujas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. A especialização, neste

9 “La masiva venta de empresas públicas llevadas a cabo entre la década de los ochenta y de los noventa y la centralización favorecida por el quiebre o debilitamiento de empresas privadas locales, tanto por el retiro de apoyos estatales a la industrialización, como por la crisis de los ochentas, permitió, el fortalecimiento de grandes capitales nacionales, así como de grandes capitales extranjeros. Estos capitales privados, nacionales y extranjeros, junto a un reducido pero poderoso grupo de estatales, constituyen los principales dinamizadores del nuevo patrón exportador en marcha”. (OSORIO, 2012, p. 35).

sentido, opõe-se às tendências diversificadoras possíveis e necessárias às economias locais. Ou seja, as economias latino-americanas restringem-se à especialização em ramos determinados como a produção de petróleo, de soja, a extração de minérios ou a montagem automotriz. O crescimento da importância dos dez principais produtos de exportação sobre o total das exportações explicita-se ao passar de 25,2%, em 1995, a 35,1%, em 2008, indicativo da *especialização produtiva* (OSORIO, 2012, p. 37).

Por outro lado, o peso de produtos provenientes da mineração, da agricultura e de setores industriais secundários – cuja incorporação tecnológica e de processos industriais complexos é débil – como a montagem de automóveis e *maquiladoras* assinala, definitivamente, que a região segue sendo um grande abastecedor de matérias primas e alimentos para o mercado mundial. Estas mercadorias estão, na verdade, centralmente, impulsionadas por suas vantagens naturais encontradas no continente e, de certa forma, reeditam, sob novas condições, dinâmicas de enclaves na região. Ou seja, os eixos prioritários das economias regionais configuram-se como setores estreitos e dinâmicos que não estabelecem relação orgânica com o restante da estrutura produtiva local, mas que atuam, intimamente, ligados à cadeias de produção mundializadas.

A grande variedade de particularidades nacionais, na região, no entanto, obriga certas mediações a serem, devidamente, estudadas. Para nosso trabalho, esta diversidade de situações no novo padrão, traz elementos importantes para uma caracterização da situação brasileira. Primeiro, confirma um incremento significativo do valor das exportações brasileiras, desde 1980, que passa de, aproximadamente, 20 milhões de dólares a cerca de 230 milhões, em 2008, com um salto emblemático entre 2001 e 2005 – de 67 milhões para 134 milhões de dólares, aproximadamente. A participação deste setor no PIB brasileiro acompanha este aumento entre 1990 e 1998, mas passa de, apenas, 7,1% para 8,6% – peso, relativamente, pequeno quando comparado com os 33,8% chilenos ou os 32,1% mexicanos.

Nesse sentido, o grau da condição exportadora brasileira parece se diferenciar do restante do continente. Diante de cifras percentuais tão baixas, caberia indagar a possibilidade de um setor tão estreito da economia nacional

dinamizá-la por inteiro. Ou seja, caberia provar que o Brasil se configura como uma economia, centralmente, exportadora e que, portanto, a produção nacional que não se destina aos mercados estrangeiros gira em torno dos eixos exportadores e/ou depende dos mesmos para existirem e se reproduzirem.

Em relação aos valores-de-uso, prioritariamente, exportados, pelo Brasil, percebe-se um aumento do peso de mercadorias primárias ou com pequenas intervenções industriais. De fato, se juntadas, estas duas categorias – primárias e com pequenas intervenções industriais – chegam a totalizar, 44,5%, entre 2000 e 2002, chegando a 53,4%, entre 2007 e 2009. No que tange às manufaturas com alta, média e baixa tecnologia, estas baixam sua participação nas exportações de 47,1% para 39,1%, entre os mesmos períodos e, assim mesmo, nesta categoria predominariam processos de montagem (OSORIO, 2012). Mas a *especialização* fica, ainda, mais nítida se levarmos em conta que os cinco produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira, desde 2009, nunca significam menos do que 40% das mesmas e, no exemplo de 2016, são, todos, produtos primários – produtos relacionados à soja, às carnes, ao minério de ferro, ao açúcar e aos óleos brutos do petróleo.

Esta constatação importa ao retomarmos o tema da dependência científico-tecnológica. Com efeito, nota-se com facilidade, nestes termos, que o desenvolvimento de ciência e tecnologia não precisa ser uma prioridade das grandes burguesias latino-americanas. Em outras palavras, o padrão exportador de especialização produtiva não exige investimentos consideráveis nestas áreas e, mesmo nos setores em que esta exigência existe, a mesma é sanada pelo recurso ao capital estrangeiro. Neste sentido, a dependência que se verifica neste campo está, centralmente, ligada aos altíssimos lucros provenientes do atual padrão, sem a menor necessidade de se mudar o patamar científico-tecnológico atual¹⁰.

O êxito do setor exportador brasileiro explica-se, por sua vez, pela presença de uma grande demanda mundial pelos valores-de-uso produzidos e na rápida resposta desta economia a tal demanda, elevando a oferta destes

10 O caso da extração de petróleo em águas profundas e do desenvolvimento com base nacional da tecnologia necessária, é uma exceção que não reverte o quadro, já que não impulsiona novas necessidades científicas e tecnológicas ao ser, imediatamente, entregue para exploração aos grandes conglomerados imperialistas do setor.

produtos. Realmente, observa-se o aumento significativo do preço de todos os produtos estudados no período. O óleo de soja, por exemplo, entre 2001 e 2008, tem uma valorização que supera os 350%, enquanto a própria soja e o minério de ferro, no mesmo período, têm seus preços aumentados em quase 230% e mais de 460%, respectivamente (OSORIO, 2012). Isto, sem dúvidas, remunerou de forma abundante os grandes capitais locais e estrangeiros que dão vida ao novo padrão, bem como permitiu, no Brasil, o aumento do salário-mínimo e a ampliação das políticas sociais vigentes no último período. Contudo, essa dinâmica não impediu uma brutal concentração de riquezas e a manutenção de uma enorme desigualdade social.

Os mercados exteriores do novo padrão, de sua parte, destacam-se, se comparados ao restante da região, pela diversificação sobre os quais se apoia a realização brasileira. Neste atributo é que parece se localizar o suporte econômico para uma maior autonomia do Brasil em relação aos Estados Unidos no que diz respeito à política comercial externa e seu apoio a propostas de integração regional. De fato, os mercados das exportações brasileiras, em 2000, se equilibram em, praticamente, três quartos (3/4) iguais para América Latina, Estados Unidos e União Europeia, enquanto a situação, em 2007, favorece o mercado asiático (18%), em geral, e chinês (10%), em especial, em detrimento do mercado estadunidense (15%) (OSORIO, 2012).

Há, contudo, um importante paradoxo do padrão atual: seu êxito exportador corresponde ao deterioro das condições de vida das classes trabalhadoras latino-americanas. Isto se assenta, obviamente, sobre características estruturais das sociedades da região que vimos anteriormente e que o padrão reproduz. Por um lado, os mercados consumidores das mercadorias-chave deste padrão não dependem da capacidade de consumo dos produtores destas mercadorias. Como vimos, o mercado dos assalariados locais não constitui destino relevante para esta produção, já que os mercados priorizados se encontram no estrangeiro. Desenha-se, assim, uma situação em que a estrutura produtiva local distancia-se das necessidades das maiorias brasileiras. Por outro lado, a capacidade competitiva deste padrão nos

mercados externos depende, fundamentalmente, da possibilidade de o capital que opera na América Latina rebaixar o valor da força de trabalho¹¹.

A série histórica, apresentada por Osorio (2012), é emblemática. Apesar do ano-base (1982) do índice (100) se localizar em plena *década perdida* – ou seja, em momento de radical investida contra os salários das classes trabalhadoras –, o que se distingue, no caso brasileiro, é uma grande dificuldade para alcançar, 16 anos mais tarde, o nível de remuneração do ano-base: 100 em 1982, 96 em 1985, 75 em 1990, 87 em 1995 e 102 em 1998. Chega-se, ainda, a proporção de quase um sexto (15,4%) do total de trabalhadores brasileiros, em 2007, a receberem até dois dólares por dia, a despeito do descenso deste percentual que atingia 30,5 em 1992. Finalmente, a pobreza relativa identifica-se pela queda da participação dos salários no PIB brasileiro que se, em 1990, representavam 53,5% do PIB, em 2004, estes alcançam, somente, 42,9% em tendência de baixa constante, aproximando-se dos níveis de 1970 (40,7%), há três décadas. Enquanto, em 2007, a população ocupada com jornada superior a 44 horas significa 35,5%.

Estamos, portanto, diante de um cenário em que a forma de reprodução capitalista tende, estruturalmente, a avançar, brutalmente, sobre o fundo de consumo dos trabalhadores, impedindo as maiorias de garantirem níveis aceitáveis de consumo. Neste sentido, a pobreza, nas atuais condições, não seria atributo de desempregados, mas atualmente, se pode, efetivamente, contar com um emprego e ser, assim mesmo, pobre. A desigualdade social é, com isso, um traço estrutural do atual padrão em marcha que vêm se acentuando nas últimas décadas constantemente. Osorio observa que a parcela recebida pelos 10% mais pobres da sociedade brasileira diminui de 1,1% em 1990 para 0,8 em 2008, enquanto a parcela dos 10% mais ricos passou de 41,8% para 48,7% no mesmo período. A contrapartida deste processo seria a constituição de um pequeno, mas poderoso, mercado interno

11 “El deterioro de los salarios y en general de las condiciones laborales apunta así al centro de la dinámica y reproducción del nuevo patrón exportador. Al igual que en la segunda mitad del siglo XIX e inicios del XX, el gran capital que opera en la región está más preocupado por el nivel de vida de la población de los mercado hacia donde exporta, y del poder de consumo de los trabajadores que allí se encuentran, que de la población asalariada local. Para dicho capital, los trabajadores locales importan más como productores que como consumidores”. (OSORIO, 2012, p. 50).

em que participariam esta última parcela da população brasileira que vive, basicamente, da extração de mais-valia, renda e altos salários, alimentados pela transferência de recursos do fundo de consumo dos trabalhadores para sua remuneração.

Há, entretanto, divergências neste âmbito que apontam, na realidade, para um mercado interno que se conformaria como elemento dinâmico da reprodução atual do capital no país (MOREIRA e SEBAG, 2014)¹². À primeira vista, parece-nos que as duas teses não são, como querem Moreira e Sebag, completamente, excludentes. Por um lado, estes afirmam um mercado interno como elemento dinâmico da economia brasileira que, devido ao desengajamento produtivo das multinacionais na lógica financeirizada atual do capitalismo global, depende, fundamentalmente, das importações para suprir sua demanda. No entanto, o que aparece é, obviamente, a dependência que as importações têm em relação às divisas existentes para sua compra no mercado internacional. As principais fontes de divisas possíveis estão ligadas aos altos juros, às exportações, às privatizações, aos empréstimos e à produção nacional.

Nos parece que o que vimos ao longo deste trabalho nos permite afirmar que todas estas fontes estão submetidas à lógica da transferência de valor para as economias centrais através de diversas modalidades de remuneração do capital estrangeiro. Se, em momentos conjunturais, a economia brasileira consegue dividir o excedente gerado entre todas as frações de classe que o reivindicam e, ainda, consegue importar para o mercado interno é, centralmente, por serem estas conjunturas, relativamente, favoráveis. Resta claro, no entanto, que, para as classes dominantes locais e imperialistas, o excedente disponível, no país, não tem como prioridade a ampliação e o sustento de um mercado interno vigoroso. Não está, contudo, descartada a possibilidade de um mercado interno, conjunturalmente, dinâmico, assim como, conjunturalmente, é possível vislumbrar arrefecimentos da superexploração. O

12 É preciso desfazer a tese de que o movimento de reprimarização se constitui porque prescinde do mercado interno. O que se observa no Brasil é exatamente o oposto. O mercado interno ganha relevância para a reprodução do capital concomitantemente ao processo de reprimarização. Neste período pode-se observar uma política de valorização do salário mínimo, uma ampliação do emprego formal e uma ampliação do crédito à pessoa física (MOREIRA e SEBAG, 2014, p.96).

tema é que, em termos estruturais, o mercado interno não tem capacidade para dinamizar a economia nacional. Em outras palavras, estamos reafirmando a hipótese, segundo a qual o mercado interno pode ser, momentaneamente, dinâmico em uma economia dependente, por diversos fatores, sem, com isso, configurar um elemento dinamizador da mesma.

Sob outro vértice, é preciso, também, explicitar que o produtor segue não sendo consumidor das mercadorias que produz, mas de mercadorias produzidas em outras economias e, portanto, permanece a possibilidade de ser, com efeito, superexplorado. Além disto, encontra-se no aumento vertiginoso do crédito, daquele período, o ponto fundamental da dinâmica de ampliação do mercado interno brasileiro. Esta é a dinâmica que produziu os níveis preocupantes do endividamento familiar brasileiro, do último período (ROCHA, 2014???) Como vimos, aliás, o próprio crédito – principal meio de acesso ao consumo da classe trabalhadora brasileira – configura uma modalidade de superexploração, no período atual, ao expropriar, financeiramente, os rendimentos do trabalho. Por fim, complementaríamos o anterior, indicando que as possibilidades de ampliação da participação das classes trabalhadoras no mercado interno – diminuição do desemprego, aumento do emprego formal, aumento do salário-mínimo e acesso ao crédito –, nos parecem elementos conjunturais ligados a dois fatores. O primeiro, uma política econômica, assentada na conjuntura comercial internacional favorável para o Brasil daquele momento e pelo excesso de capitais financeiros estrangeiros ávidos por destinos lucrativos. As políticas econômicas, no entanto, devem ser distinguidas, por sua superficialidade, dos padrões de reprodução do capital, apesar de compô-los, como indicado por Osorio (2014). De outra parte, o segundo fator preponderante é o produto de certa distribuição possibilitada pela sucção regional do excedente por parte do subimperialismo brasileiro. Isto, portanto, não justificaria a superação da cisão entre esferas de consumo, indicada por Marini (2005), mas indica a possibilidade de tendências conjunturais ao arrefecimento da superexploração da força de trabalho em conjunturas favoráveis. O período desfavorável atual, contudo, parece confirmar a tese de uma tendência conjuntural, em voga nos governos petistas, ligada mais à sua política econômica do que, de fato, a um traço do padrão

atual de reprodução do capital. A agenda atual do governo golpista aponta mesmo para o aprofundamento daquela cisão indicada por Marini e da retomada em tempos de crise de um padrão de acumulação assentado na mais brutal superexploração.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto tratou de assentar bases para a compreensão do capitalismo dependente. Com isso, vislumbramos elementos decisivos da formação social brasileira, inserindo seus traços fundamentais na dinâmica mundial de acumulação capitalista. Com efeito, a profunda crise em que o capitalismo mundial submergiu, desde a década de 1970, firma-se, decisivamente, como ponto de partida incontornável para a análise do sistema capitalista mundial e, portanto, também, da América Latina. A recomposição capitalista decorrente e seus processos de *financeirização* e reestruturação produtiva são centrais para vislumbrar as formas e os conteúdos atuais da exploração e da dominação do capital no continente. Seus rebatimentos na *financeirização* dos pilares da dependência e no redimensionamento da divisão internacional e regional do trabalho permitem incorporar a ideia de uma *dependência contemporânea*. E, por fim, o estudo da reestruturação produtiva latino-americana para sua adequação às transformações contemporâneas ajudam a explicitar um novo *padrão exportador de especialização produtiva* na região com importantes especificidades brasileiras.

Esperamos, sinceramente, que estas indagações impulsionem contribuições relevantes para a compreensão do capitalismo atual. Nos parece, de fato, que o esforço teórico, neste momento, precisa se orientar para a elucidação da realidade que embasa a ofensiva destrutiva do capital sobre as classes trabalhadores de todo o mundo. O caminho esboçado acima inicia um percurso que deve ser completado de suas implicações sócio-políticas, ganhando, assim, densidade concreta e aproximando-se dos acontecimentos da conjuntura em curso. Quem sabe, com isso, contribua para a construção de saídas dignas para as maiorias latino-americanas diante da ofensiva conservadora das classes dirigentes locais e imperialistas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese (Doutorado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMARAL, Marisa Silva. Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo. **Pensata**, Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 3, p. 80-96, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BREDA, Diógenes Moura. **Revolución científico-técnica y la nueva division internacional del trabajo: impactos sobre el capitalismo dependiente latinoamericano**. Tese (Mestrado em Estudos Latino-americanos) – Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2015.

CARCANHOLO, Reinaldo. Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx. 2000. Disponível em: <<http://www.calameo.com/read/000140749829ad8e81336>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

_____. Situación mundial: aspectos teóricos de la crisis capitalista. In: GPPDH-PUC e SEP. **Segundo dossiê de textos marxistas sobre a crise mundial**. São Paulo: 2009. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/desenvolvimento_humano/Downloads/DOSSIE\(1\).pdf](http://www.pucsp.br/desenvolvimento_humano/Downloads/DOSSIE(1).pdf)>. Acessado em: 21 julho 2017.

CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andres. La producción estratégica como sustento de la hegemonía mundial. Aproximación metodológica. In: **Producción estratégica y hegemonía mundial**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1995.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **El discurso crítico de Marx**. México: Ediciones Era, 1986.

GEREFFI, Gary. Las cadenas productivas como marco analítico para la globalización. **Revista Problemas del desarrollo**, México, v. 32, n. 125, 2001.

GOUVÊA, Marina Machado. Financeirização, globalização e imperialismo no século XXI: apontamentos sobre o atual padrão de reprodução de capital. **Anales...** VI Encuentro de Economía Política y Derechos Humanos, 2012.

LAPAVITSAS, Costas. Theorising Financialisation. **Work, Employment & Society**, v. 25, n. 4, p. 611-626, dez. 2011.

LUCE, Mathias. **La expansión del subimperialismo brasileño**. 2008. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=76977>>. Acessado em: 17 ago. 2017.

_____. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 32, jun. 2012. p. 119-141.

MARINI, Ruy Marini. **Plusvalía extraordinaria y acumulación del capital**. 1979. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/057_plusvalia_extraordinaria.html>. Acessado em: 17 ago. 2017.

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. **La teoría social latinoamericana**. México: Ediciones El Caballito, 2000. Tomo IV.

_____. Dialética da Dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.

MOREIRA, Carlos Américo. Uma reflexão sobre a dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil num contexto de liberalização comercial e de desregulamentação financeira. In: BRAGA, Elza Maria (Org.). **América Latina: transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

MOREIRA, Carlos; SEBAG, Emmanuel. Um novo padrão de especialização produtiva? **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói (RJ), n. 38, p. 90-106, jun. 2014.

OSORIO, Jaime. El nuevo patrón exportador de especialización productiva em América Latina. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói (RJ), n. 31, p. 31-64, fev. 2012.

_____. Fundamentos de la superexplotación. Razón y revolución, n. 25, Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<http://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/article/view/117/116>>. Acessado em: 3 set. 2016.

_____. La noción de patrón de reproducción del capital. **Cuadernos de Economía Crítica**, La Plata, Argentina, Año 1, n. 1, out. 2014.

PAINCEIRA, Juan Pablo. **Central Banking in Middle Income Countries in the Course of Financialisation: a study with special reference to Brazil and Korea**. Tese (Doutorado em Estudos Orientais e Africanos) – University of London, 2011.

SOTELO VALENCIA, Adrian. **El mundo del trabajo em tensión**. México: Plaza y Valdes Editores, 2007.

_____. **Los rumbos del trabajo**: superexplotación y precariedad social em el siglo XXI. México: UNAM, 2012.